

A tomada dos “Sete Povos” e a colaboração dos líderes indígenas nos relatos de José Borges do Canto e Manuel Gomes Pedroso

RAFAEL BURD*

Em 1801 o Império Português tomou em definitivo a posse da região das missões orientais do rio Uruguai em decorrência de um confronto europeu entre tropas deste e as espanholas que teve desdobramentos ocorridos na América¹. Quando a notícia chegou no lado de cá do Atlântico, o desertor e contrabandista José Borges do Canto de apresentou aos oficiais lusitanos buscando anistia. Em troca, oferecia seus serviços no confronto. Outro voluntário era o estancieiro Manoel dos Santos Pedroso. Ambos produziram, além de cartas, relatos sobre a expedição que conquistou a que hoje se localiza no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, conhecida como sete povos, que foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1914. Um terceiro foi escrito por Gabriel Ribeiro de Almeida. São esses três documentos que vou tentar apresentar aqui, buscando entender esse processo a partir dos guaranis, sempre ressaltando que estou utilizando uma fonte tendenciosa, pois não dá a voz diretamente aos indígenas. Junto a isso, fazer uma brevíssima revisão bibliográfica sobre o tema.

Deve-se chamar atenção para o fato de que o confronto que causou a anexação dos “Sete Povos”, conhecido como Guerra das Laranjas, acabou em agosto de 1801 e o fato do qual estou tratando foi após esse momento. Isso gerou um desconforto diplomático na Europa (GARCIA, 2007: 165).

Aos comandados de José Borges do Canto, juntou-se Gabriel Ribeiro de Almeida, que teve importante papel nessa empreitada. A expedição portuguesa não parece ter sido obra do exército real, mas de milicianos voluntários e recrutados junto à população. Esse ponto é reforçado pelo relato de Gabriel Ribeiro de Almeida. Segundo ele as tropas eram tanto pagas, como milicianas, mas conservando a disciplina militar (ALMEIDA, 1979: 69). É do senso comum e largamente trabalhado na historiografia que os indígenas não somente se renderam aos portugueses, mas que cooperaram com eles durante o processo da anexação.

¹ A discussão historiográfica sobre o tema não é novidade. Elisa Garcia relata que Varhagem considerava que o rompimento do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 resultou vantajoso para os portugueses, pois acarretou na posse definitiva dos Sete Povos. Já Capistrano de Abreu entende que a anexação foi obra de alguns voluntários, sem o mando real (GARCIA, 2007, p. 165-166).

Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso sabiam falar o guarani. José Borges do Canto tinha conhecimento das práticas dos guaranis por ter convivido com eles durante sua atuação como contrabandista. Gabriel afirma isso em seu relato quando informa que Borges do Canto o solicitou que conversasse com os guaranis “pois se confundia por não entender a língua daqueles índios e os entendia perfeitamente” (ALMEIDA, 1979: 69). Manoel dos Santos Pedroso relata que o comandante Francisco Barreto Pereira Pinto, capitão de dragões de Rio Pardo, a fortificação militar portuguesa mais meridional do período, lhe deu ordens de hostilizar os espanhóis e “visto falar eu o idioma guarani, me avançasse com os mesmos 20 homens para os estabelecimentos dos índios das missões” (PEDROSO, 1914: 63).

Ao abordar a questão indígena a partir de uma antropologia histórica, argentino Guillermo Wilde trabalha com esses homens na perspectiva de uma mestiçagem, afinal, esta pode ser uma via de mão dupla tocando tanto indígenas como ocidentais. Para ele “os guaranis interagem com sujeitos de diversas origens étnicas criando cenários para novas categorias de pertencimento. O idioma guarani atuava como uma língua franca nas interações e aspirações econômicas (WILDE, 2009, p. 292)”.

Wilde ainda traz para o debate a questão dos lusitanos que viviam próximos do rio Pardo e travavam relações amistosas tanto com os “infiéis” como com os guaranis. Para o autor esses intercâmbios socioculturais produzem novas categorias mestiças como “gaúcho”, ou “*gaucho*” e gaudério ou *gauderío*. Esse “caráter flexível” permitia a eles “entrar e sair permanentemente de suas procedências socioculturais originárias” (idem: 297).

Logo no início de seu relato, Borges do Canto deixa claro os objetivos da expedição para além da ocupação do território: o capitão de dragões Pereira Pinto teria dado a ordem de “assegurar aos índios daqueles povos, que eles de nenhuma forma seriam ofendidos ou molestados pelos portugueses; mas sim auxiliados, afim de sacudirem o jugo dos espanhóis, e ficarem debaixo da benéfica proteção de S.A.R.” (CANTO, 1914: 53). Ou seja, anuncia que o que se pretende é ter os guaranis como aliados e súditos do rei lusitano.

Mais adiante, no caminho da redução de São Miguel, encontrou numa estância, “índios muito favoráveis, oferecendo cavalos, mantimentos e suas pessoas”. Ao longo

do caminho, novamente teria tido a cooperação dos guaranis em outra estância. Ali, após uma troca de tiros com os espanhóis, Borges do Canto teria dito aos índios que os portugueses iam “socorre-los e não fazer dano”. Assim, “se voltaram todos a nosso favor, e muito contentes, e prontos a nos acompanhar, e auxiliar em qualquer empresa que tentássemos” (idem, p. 53-54).

Dessa maneira, chegou a São Miguel, chamada a “capital” dos povos orientais em 9 de agosto de 1801 acompanhado de 300 indígenas. Ao partir em direção aos demais povos, Borges do Canto já contava com cerca de 400 guaranis a cavalo junto dele. Gabriel Ribeiro foi encarregado de se dirigir a São Lourenço ao passo que o chefe da expedição tomou o rumo das reduções de São João e Santo Ângelo, aos quais, segundo suas palavras: “fiz saber aos dois povos, que deviam se submeter à obediência de S.A.R, o que aceitaram sem repugnância, e dei as providências que me pareceram necessários para o sossego, e quietação dos mesmos povos” (idem: 55).

Para chegar até o povo de São Borja, que era o mais distante, foi mandado o Capitão Anxeta, ou Anchieta. No caminho, encontrou indígenas desta redução, “que traziam preso e amarrado o espanhol seu administrador para me entregarem, certificando, que aquele povo estava rendido à obediência e proteção de S.A.R, e os habitantes o ficavam defendendo dos espanhóis, esperando o socorro português” (idem: 57).

Os confrontos com os espanhóis seguiram até novembro e a paz foi assinada em 24 de dezembro. Ao final do seu relato, Borges do Canto destaca o valor de Gabriel Ribeiro, que o teria dado grande ajuda (idem: 62).

Manoel dos Santos Pedroso, em seu diário descreve que as orientações recebidas eram de avançar no território missionário para “persuadir a que se voltassem (os índios) a nosso favor, e serem vassalos portugueses, para o que nós os auxiliaríamos” (PEDROSO, 1914: 63). Seguindo, ao que parece, na retaguarda de Borges do Canto, Manoel também teve importante papel no trabalho de convencer os indígenas da presença portuguesa, segundo seu relato.

O estancieiro conta que passou pelas estancias dos povos de São Lourenço e São Miguel, nos quais os guaranis “desejavam passar ao domínio português, para o que

necessitavam do nosso socorro” e que tinham desejo e vontade de serem vassallos do rei lusitano (idem, idem).

Manoel acompanhou o capitão Anxeta no caminho para o povo de São Borja, que segundo o primeiro, os “habitantes solicitavam de contínuo o nosso socorro” (idem: 65). Claro que mais uma vez, devo chamar atenção para a fonte, afinal, se as ordens dadas eram de não prejudicar ou fazer mal aos índios, seria de se esperar do redator desse documento que ele omitisse alguma violência contra a população guarani, ou que expusesse uma cooperação entre índios e portugueses.

Gabriel Ribeiro de Almeida reforça essa postura de buscar o apoio dos guaranis quando descreve que parava no mínimo um dia em cada povo para acompanhar os festejos e que buscava contentar aos padres, pois acreditava que estes sob seu cuidado “um grande número de almas” (ALMEIDA, 1979: 72). Claro que a discussão acerca do poder dos padres sobre a população indígena já foi discutida muitas vezes, e não vou me aprofundar muito aqui². Destaco, contudo, que os lusitanos estavam realmente empenhados na tarefa de trazer a população missioneira para o seu lado.

A historiografia sobre o tema da tomada dos sete povos é antiga. O sul-rio-grandense Aurélio Porto na década de 1930 já escrevia sobre o tema. Na sua obra mais conhecida, *História das Missões Orientais do Uruguai*, traçou uma bibliografia dos que chama “conquistadores”: Borges do Canto, Manoel dos Santos e Gabriel Ribeiro. Para Porto “a conquista havia sido relativamente fácil. O heroísmo dos aventureiros de Canto supriu a deficiência do número reduzido de valentes que haviam intergrado ao território brasileiro a vasta Província das Missões” (PORTO, 1943: 473). Lembrando que Porto escreve num momento de necessidade da legitimização de uma identidade nacional durante o governo Vargas e assim, acaba inserindo a expressão território brasileiro em 1801, num momento em que o país ainda era colônia portuguesa.

Apesar de destacar o “heroísmo” de Borges do Canto, o Aurélio Porto afirma que “precedeu à conquista das missões um entendimento prévio com os principais caciques dessa região cansados já da desorganização administrativa e social desses

² A questão aqui: como dois ou três padres poderiam controlar milhares de indígenas? A resposta parece estar na relação entre uma “elite indígena”, as lideranças educadas nos padrões ocidentais, e os padres. Essa elite local serviria como mediadora entre as autoridades coloniais e os padres. Para o assunto ver: (WILDE, 2007), (ALMEIDA, 2000), (GRUZINSKI, 2000) e (MONTEIRO, 2001)

infelizes povos” (PORTO, 1943: 468). Aqui entramos em um ponto chave para entender como os guaranis aceitaram a invasão dos portugueses: o descontentamento com os espanhóis.

São vários os relatos de abusos cometidos pelas autoridades hispânicas junto aos indígenas após a expulsão dos jesuítas em 1768 e a substituição destes por administradores civis. Sobre o tema da mudança na Coroa a qual os guaranis deveriam obedecer, Guillermo Wilde destaca que estas adesões se ligavam menos à um referente abstrato como a figura do rei e mais a capacidade de funcionários reais para interpelar essa população e criar laços de reciprocidade (WILDE, 2009, p. 287).

Deve-se destacar que desde a metade dos séculos XVIII a região sul da América Portuguesa passou por uma série de tratados: em 1750, o Tratado de Madri definia, entre outras coisas, que a região dos 7 povos seria da Coroa lusitana. No entanto, os guaranis negaram-se a ceder seus territórios aos portugueses e deu-se o confronto conhecido como “guerra guaraníca”. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulava o de Madri. Em 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que criava os “campos neutrais”. A questão dessa fronteira só foi se resolver após a invasão das missões.

Um problema sobre o período após a expulsão dos jesuítas é que parte da historiografia tradicional o descrevia como uma decadência e um momento em que os indígenas deixaram os seus lares, que levaria as reduções ao fim, numa perspectiva teleológica, como se o destino das reduções já estivesse traçado após a saída dos religiosos. Ora, as descrições que Borges do Canto faz não mostram isso, afinal, os guaranis em 1801 ainda estavam nas estâncias que cercavam as reduções e ainda contavam com cavalos e bois. Além disso, o número de guaranis que aderem as tropas dos milicianos portugueses é considerável, o que mostra que não houve um abandono populacional em larga escala.

Ainda assim, são várias as reclamações e as animosidades entre indígenas e administradores espanhóis, inclusive entre os caciques e os cabildantes. Mas sobretudo, os maus-tratos dos padres e administradores civis para com a população indígena. Lembro que na expulsão dos jesuítas, estes foram substituídos no poder temporal por civis, mas a questão religiosa não foi deixada de lado e vieram sacerdotes de outras

ordens, afinal, era importante salvar aquelas almas e manter os fiéis para o catolicismo (idem: 211-240).

Por outro lado, em 1800, um decreto real acaba com o regime comunal, liberando as famílias ligadas a esse serviço. Ocorre que muitos dos indígenas ligados a uma redução pelo trabalho na comunidade. O número de indígenas, seja guaranis, ou ditos infiéis que abandonaram as missões foi bastante elevado, passando a habitar, com “livre mobilidade” a região da campanha, o que reduziu a população das reduções (idem: 269-275). Uma possibilidade de pergunta é se os indígenas que Canto recruta eram fugidos das missões, ou ainda estavam ligados. Ao que a fonte indica, continuavam vivendo sob o regime reducional. Ainda que várias famílias houvessem abandonado as missões, a população local não era desprezível, nem a região estava no seu ocaso, mas no começo de uma decadência.

A política de “boa-vizinhança” dos portugueses para com os guaranis missioneiros não era uma novidade. Se Borges do Canto é orientado a não prejudicar os indígenas, é porque havia pretensões lusitanas de obter o apoio dessa população. Provavelmente era sabido a insatisfação indígena para com os espanhóis e os portugueses conseguiram se aproveitar dela. Assim, também posso imaginar que estes acreditavam que a campanha de anexação do território missioneiro seria mais fácil com o apoio dos guaranis.

Talvez por isso foram recrutados estes mediadores culturais, ou “*gauchos*”, como Gabriel Ribeiro de Almeida, Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, afinal, ao falarem o idioma guarani e ao conhecerem alguns indivíduos teriam a capacidade de desenvolver laços de reciprocidade maiores do que os espanhóis vinham fazendo.

Conforme a historiadora Elisa Garcia, desde o confronto conhecido como “Guerra Guaranítica”, os portugueses já vinham tentando cooptar os guaranis. Gomes Freire, o chefe da expedição lusitana havia sido orientado pelo Marquês de Pombal para tratar bem os indígenas após a entrada do seu exército nos povos. Assim, por exemplo, proibiu o saque e pilhagem dos bens dos guaranis nas missões. O objetivo era construir alianças e trazer mais súditos para o rei de Portugal (GARCIA, 2007: 29-69).

A mesma historiadora insere a conquista dos Sete Povos em 1801 nas práticas do Antigo Regime. Os colonos que partiram na conquista das missões esperavam algum benefício, como bens materiais e prestígio. Assim, Borges do Canto e os demais esperariam obter algo do rei, ou melhor, do príncipe regente D. João VI, como por exemplo, a anistia pela deserção do corpo dos dragões de Rio Pardo. Por outro lado, ainda que não tenham pedido a conquista portuguesa, os guaranis teriam visto ali uma maneira de manter seu modo de vida. Mas para isso, era necessário a construção de uma reciprocidade, que se deu principalmente pelo idioma guarani (idem, 210-212).

Ao fim do seu relato, Gabriel Ribeiro de Almeida escreve “Fiz patente tudo a Sua Alteza Real no memorial que lhe ofereci” (ALMEIDA, 1979: 80). Ou seja: escrevia ao rei português, ou ao príncipe regente na espera de alguma recompensa, alguma mercê.

A autora ainda levanta um interessante questionamento sobre a adesão voluntária dos guaranis ao projeto português. Entende-se que esta se deu por meio de negociações, mas pergunta-se que outras opções tinham. A questão proposta por ela é em que condições eles fizeram essa escolha e até que ponto não foram coagidos pelos portugueses a escolher entre um lado e o outro (GARCIA, 2007: 171).

De que maneira, a adesão de guaranis dos Sete Povos em 1801 não foi uma dessas respostas que os nativos deram para o processo do que ocidentalização, que no caso do século XVIII para América Espanhola consistiu nas alterações promovidas pela dinastia Bourbon, ainda que Gruzinski³ tratasse de um momento muito anterior?

Por fim, algumas tentativas de conclusões podem ser tomadas:

- 1) A região era uma zona de fronteira móvel, com uma série de Tratados que a altera em pouco mais de 50 anos.
- 2) A região era uma zona de fronteira porosa, com indivíduos mestiços, que dominam códigos culturais europeus e indígenas, sendo mediadores culturais.

³ Refiro-me aqui principalmente à obra “O pensamento mestiço”, onde o historiador francês Serge Gruzinski, ao pesquisar o contato inicial entre europeus e indígenas, sobretudo no atual México, define “ocidentalização” como uma tentativa dos primeiros de transpor o seu continente para a América, mas que esbarrou em resistências e adaptações pelos nativos do novo mundo (GRUZINSKI, 2000, p. 93).

- 3) Tanto portugueses como indígenas estavam inseridos em uma sociedade de Antigo Regime e ligados à lógicas condizentes com este.
- 4) Provavelmente, Borges do Canto e os demais conseguiram desenvolver alguma reciprocidade com os guaranis, o que foi suficiente para uma aliança entre ambos.
- 5) É possível perguntar até que ponto a adesão imediata e voluntária dos indígenas não foi uma construção de Borges do Canto e da historiografia sobre o tema.
- 6) É necessário se voltar mais para a ação indígena durante esse processo da anexação do território missionário.

Bibliografia

ALMEIDA, Gabriel Ribeiro. "A tomada dos Sete Povos da Missões". in: SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre, Companhia de Seguros Gerais, 1979 [1801].

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro colonial-novos súditos cristãos do império português*. Tese (doutorado), IFCH, Unicamp, Campinas, 2000.

CANTO, José Borges do. "Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões orientais do rio Uruguai" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 130, t.77, parte II, 1914 [1802].

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese, UFF, Niterói, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. Barcelona, Paidós, 2000.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Tese de Docência. IFCH, Unicamp, Campinas, 2001.

PEDROSO, Manoel dos Santos. “Relação dos Serviços que pratiquei na conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. vol. 130, t.77, parte II, 1914 [1802]..

WILDE,Guillermo. *Religión y poder em las misiones de guaraníes*. Buenos Aires, SB, 2009.